

## PESQUISA

# ESTADO E VIOLÊNCIA NA VENEZUELA (1986-2008)

TIAGO SANTOS SALGADO\*

A pesquisa a que se refere esta notícia investiga a atuação da política repressiva do Estado venezuelano frente às demandas de movimentos sociais do país. Evidenciam os dados preliminares analisados que estaria, na constituição histórica desse Estado e na formação do capitalismo dependente da Venezuela, as raízes de um Estado autocrático, que criminaliza, por meio de jurisprudências específicas, e reprime movimentos organizados que propõem alternativas á ordem vigente. Assim como em outros países da América Latina, a origem dessa dinâmica, naquele país, pode ser encontrada na particularidade do desenvolvimento subordinado e tardio, que configura

esses países latino-americanos, e, no interior do qual, encontram-se a repressão e a criminalização das mobilizações populares.

Entre os anos de 1986 e 2008, o tema da violência ganhou visibilidade nesse país, pois, durante esse período, de acordo com Ángel Álvarez em *Determinantes institucionales de la violencia criminal en Venezuela* (**Politeia**, v.33, n.44, Caracas jun.. 2010), o índice de homicídios saltou de, aproximadamente, 10 para cada cem mil habitantes para mais de 50 para cada 100 mil habitantes. Um crescimento de 207%, presente no trabalho de Rodolfo Magallanes *La violencia durante La Revolución Bolivariana en cifras rojas y negras* (Idem), apenas entre 1998 e 2007, um grande acréscimo em relação aos dados disponíveis sobre as décadas anteriores. A partir de 1998, Chávez herdou um grave quadro social referente à violência, mas, tanto ele quanto o atual presidente, Maduro, deram prioridade a uma política repressiva, aumentando, conseqüentemente, as denúncias de violações aos Direitos Humanos cometidas por agentes do Estado.

Como aponta Nelson Méndez em *Movimientos sociales en Venezuela: en el arduo camino de la autonomia* (<https://www.nodo50.org/elibertario/PDF/ExpoLIBCordoba.pdf>), o número de protestos e mobilizações populares aumentou durante o governo Chávez, assim como a ação repressora por parte de agentes estatais. Segundo o autor, 41 pessoas foram assassinadas em manifestações populares entre agosto de 2001 e setembro de 2010, e dois mil duzentos e quarenta manifestantes foram submetidos a processos judiciais entre outubro de 2004 e setembro de 2009, demonstrando como as demandas sociais continuam sendo reprimidas no país. Da mesma maneira, a cientista social Flavia Bischain Rosa traz, em *O Movimento Operário na Venezuela do Século XXI*

([http://www.ifch.unicamp.br/formulario\\_cemarx/selecao/2012/trabalhos/6754\\_Rosa\\_Flavia.pdf](http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2012/trabalhos/6754_Rosa_Flavia.pdf)), uma série de momentos em que o Estado Venezuelano se colocou de forma contrária aos interesses dos operários venezuelanos em ações grevistas, retratando a forma como se coloca o poder público no país em entraves trabalhistas. Como exemplo, podemos citar as mobilizações operárias na *Siderúrgica del Orinoco* em 2008 e na *Mitsubishi Motors Corporation*, em 2009, quando a ação policial deixou dois operários mortos.

No que tange á jurisprudência, até mesmo a Constituição Bolivariana, aprovada em 1999, contem artigos que tratam da repressão. Em um primeiro momento, o artigo 68 estabelece que "los ciudadanos y ciudadanas tienen derecho a manifestar, pacíficamente y sin armas, sin outro requisito que los que establezca la ley", no entanto, a Reforma do Código Penal de 2005 (PROVEA), em seu artigo 357 coloca que:

Aquele que ponha obstáculo em uma via de circulação de qualquer meio de transporte, abra ou fecha as comunicações dessas vias, faça sinais falsos ou realize qualquer outro ato com o objetivo de preparar um perigo ameaçador, será castigado com pena de quatro a oito anos.

Percebemos, portanto, que as proibições em relação às mobilizações populares se tornaram mais abrangentes com a Reforma de 2005, sendo importante apontar que tal reforma foi aprovada utilizando como pressuposto a violência por parte de opositoristas em atos contrários às políticas públicas do governo, um fato comprovadamente verdadeiro, no entanto, o movimentos sociais independentes também acabaram por terem suas mobilizações atingidas pelo endurecimento legal previsto, sendo possível perceber que, apesar dos resultados positivos das políticas públicas de Chávez, estas não contribuíram para o apaziguamento da sociedade

venezuelana, tampouco para a diminuição da polarização política do país, assim como não alterou a histórica relação antagônica entre o Estado e a sociedade, particularmente, no que concerne ao reconhecimento da multiculturalidade.

As explicações acerca de tal violência são de muitas ordens. A mais divulgada pela imprensa é a resultante da relação entre o governo e a oposição. Após o fracasso do golpe bonapartista de 2002, a oposição levou a cabo uma greve geral que perdurou até o início de 2003, gerando graves prejuízos à população; em 2004, convocou um plebiscito revocatório para interromper o mandato do presidente Chávez, no entanto, segundo relatos, esse processo eleitoral – que, por sua vez, deu a vitória ao então presidente – também foi marcado por violência, principalmente nas regiões mais pobres das grandes cidades venezuelanas. Já em 2005 a oposição boicotou as eleições legislativas e, depois disso, viu-se totalmente enfraquecida diante do fortalecimento do governo, que se consolidou com a reeleição de Chávez em 2006.

Durante o processo eleitoral de 2006, a grande mídia venezuelana destacou a questão da violência – como se sabe, os meios de comunicação privados se colocaram em oposição ao governo venezuelano de forma direta, a partir do golpe de 2002. Assim, utilizaram alguns casos para instrumentalizar o uso da violência como ferramenta política, objetivando desestabilizar o governo para as eleições. Segundo o artigo de Keymer Avila La Instrumentalización del delito: política, empresas de comunicación e inseguridad (**Espacio Abierto**, v.19, n.2, Maracaibo, jun. 2010), os principais desses acontecimentos foram: o assassinato de três estudantes universitários, em Maracaço, por um grupo de pessoas armadas (segundo as investigações, os autores do crime eram policiais); o assassinato do empresário Felippo Sindoni, no Estado de Aragua; o assassinato dos irmãos

Faddoul e do motorista deles, no Estado de Miranda; e o assassinato do sacerdote Jorge Piñango, em Caracas. Todos esses casos tiveram ampla cobertura da mídia, aconteceram na véspera da eleição presidencial e envolveram vítimas da classe média e alta.

Apesar da importância dada pelos jornais aos casos relatados, as estatísticas mostram uma realidade diferente: entre os anos 2005 e 2006 aconteceram 32.968 assassinatos, sendo que a maioria das vítimas pertencia às classes menos favorecidas, de acordo com Keymer Avila. Esse cenário retrata a situação referente à violência na Venezuela, em especial, à participação dos agentes armados do Estado, já que o grande número de policiais nas ruas – a Venezuela apresenta uma taxa de 429 policiais para 100.000 habitantes, a terceira mais alta da região – demonstra que a resposta dada pelo governo continua sendo a da repressão. Segundo informe da *Fiscalía General de la República* no trabalho de Nelson Méndez, a Guarda Nacional Bolivariana cometeu mais de trinta e três mil casos de violações aos Direitos Humanos, inclusive torturas, entre os anos de 2000 e 2007.

Tais contradições nos levam à proposta central da pesquisa: como entender o aumento da violência na Venezuela para além das referências jornalísticas, que mantêm o foco no problema político apesar dos avanços sociais dos últimos anos, em especial durante o governo do então presidente Hugo Chávez? Além disso, Vera Lúcia Viera mostra em *Criminalização das lutas sociais em Estados autocráticos burgueses* (**Projeto História-PUC-SP**, São Paulo, 31, dez. 2005, pp. 189-205) que tanto no Brasil quanto na Venezuela, e em outros países latino-americanos, há uma escassez de estudos realizados por historiadores sobre o tema da violência, gerando um espaço que é então ocupado por sociólogos, cientistas políticos e assistentes sociais.

Portanto, o objeto da pesquisa vincula-se à investigação das ações colocadas em prática por agentes armados do Estado, com o intuito de

verificar se configuram uma dada forma de criminalização das demandas populares, ou de segmentos de classes ou mesmo de indivíduos. Os estudos nessa área geralmente associam a violência social às personalidades antissociais ou à falta de condições básicas de sobrevivência, ou seja, à exclusão dos direitos de cidadania. Essa perspectiva diferencia, inclusive, a organização de bancos de dados sobre a violência, existentes na Venezuela, conforme veremos adiante. Nesse caso, resultante de uma condição violenta, indivíduos se tornariam violentos, o que traria graves consequências ao desenvolvimento da democracia, visto que parte da população estaria alijada dos direitos reconhecidos pelo Estado, aumentando a marginalidade e, conseqüentemente, a violência, constituindo-se assim um ciclo vicioso de culpabilização mútua: altos índices de violência social, coibidos por aparatos policiais e governamentais que atuam com violência, de que resultam sociedades violentas.

Outros entendem a institucionalização da violência como um traço marcante na América Latina, tanto em períodos ditatoriais como em períodos democráticos, dada a presença da violência (inclusive da tortura) praticada pela polícia, a fim de conseguir confissões ou, como no caso dos “esquadrões da morte”, de encobrir violações dos próprios policiais, que, para Mauricio Duce e Pérez Perdomo em *La seguridad y la reforma del sistema de justicia penal en América Latina* (**Boletín Mexicano de Derecho Comparado**, vol. XXXIV, núm. 102, Universidad Nacional Autónoma de México Distrito Federal, México, septiembre-diciembre, 2001, pp. 755-787), muitas vezes, estão envolvidos com tráfico de drogas e roubos. Para Paul Chevigny em *El control de la mala conducta de la policía en América* (in: FRÜHLING, Hugo y otros. **CRIMEN Y VIOLENCIA EN AMÉRICA LATINA: Seguridad ciudadana, Democracia y Estado**. España: Fondo de Cultura Economica, 2005.), o problema

reside na aceitação da violência, por parte dos políticos e da população, justificada por um tipo de consenso de que, em determinados casos, a polícia necessita atuar de forma violenta contra certos grupos que radicalizam suas reivindicações. Dessa forma, é necessário reformar os sistemas penais e a forma de seleção das forças policiais na América Latina para aproximar a polícia das demandas populares, evitando assim, abusos.

Observa-se, portanto, que sob a ótica apresentada, o problema da violência e sua solução sempre são combatidos e encaminhados nos limites da ordem já vigente, operando reformas que buscavam alterar as imperfeições a que a democracia venezuelana estaria sujeita, complementadas por medidas que visavam diminuir as desigualdades e aumentar os direitos sociais.

Desde 1998, com a eleição de Hugo Chávez promoveu-se uma série de reformas com o objetivo de garantir a vigência da democracia prevista em lei, aumentando a participação da população nos processos representativos – a denominada “democracia participativa” – e investindo em programas sociais, priorizados com base em consultas populares. De fato, os dados demonstram que tais medidas diminuíram a desigualdade social, mas, apesar destas conquistas, no período analisado, tanto a violência social quanto a policial, continuaram crescendo, de maneira que a primeira chegou a patamares nunca vistos. Dessa forma, o que se pode inferir é que se buscou entender o problema no universo da política, ou seja, do politicismo, que é, segundo Chasin em *Hasta Cuando?*, “tomar e compreender a totalidade do real exclusivamente pela sua dimensão política e, ao limite mais pobre, apenas do seu lado político institucional”.

A evidente incapacidade destes, e talvez de outros, governos, mesmo os que se colocam como progressistas e de cunho social, em alterar

substancialmente a condição de violência vigente no país nos leva à busca do entendimento dos fatores inerentes a tal configuração societária. A historiografia comprova como o modelo de desenvolvimento venezuelano, associado ao capital internacional e às grandes potências capitalistas, acabou por perpetuar características – sociais, políticas e econômicas – mantenedoras de tal subordinação. Assim, o Estado não consegue atender às necessidades sociais e, ainda, muitas vezes, a elas se contrapõe, o que é um impeditivo para a realização plena, inclusive, da democracia liberal.

É possível perceber, portanto, a distância entre o Estado político e a sociedade civil, sendo que aquele distingue a população a sua maneira, ou seja, de com acordo com a forma burguesa. Nesse sentido, mesmo que se mude a fração de classe no poder político, o Estado permaneceria sendo uma representação dos interesses de determinados segmentos, em detrimento de outras frações sociais. Para tal, segundo Karl Marx em *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, a segurança, ou força policial, cumpre uma função social importante, a de garantir a ordem e a propriedade privada.

Diante da complexidade da dinâmica social e política venezuelana no período analisado (1986-2008), a proposta da pesquisa se atém ao estudo da violência institucional no país. O período perpassa a crise do "*Pacto de Punto Fijo*", sistema político vigente desde 1958 após o fim da última ditadura militar venezuelana e que se caracterizava pelo revezamento entre os partidos *Acción Democrática* e COPEI e foi caracterizado pela tentativa de suplantar a luta de classes no país contando com a crescente exploração do petróleo e, conseqüentemente dos recursos provenientes desta exploração, em especial nos anos de 1970. No entanto, com a crise capitalista mundial, que trouxe graves conseqüências para os endividados e dependentes países latino-americanos, os partidos tradicionais venezuelanos não conseguiram lidar



com a crise e a com a adoção de políticas neoliberais, que causaram uma pauperização latente da população venezuelana. Esse contexto levou ao acirramento da luta de classes no país e na mudança na correlação de forças sociais que levou à vitória de Hugo Chávez para presidente em 1998, que enfrentou grande oposição por parte da burguesia venezuelana e de forças internacionais, em especial dos EUA, que tentaram um golpe militar em 2002, um referendo revocatório em 2004 e uma série de greves e manifestações vinculadas à interesses antinacionais.

Grande parte da bibliografia produzida sobre o tema se volta para o aspecto político institucional, ou para os econômicos, para explicar os motivos da violência, ou seja, ela aumenta quando se tem uma desvalorização das instituições democráticas e uma piora nas condições de vida da população. No entanto, no caso venezuelano, o aumento da violência acontece exatamente quando o poder político é ocupado por um governo que aumenta os canais de comunicação e participação popular, ao mesmo tempo em que a condição material de vida dos venezuelanos foi substancialmente melhorada por meio de uma série de políticas públicas de distribuição de renda. O fato de a Venezuela estar inserida em uma árdua disputa entre defensores e detratores do processo político venezuelano acabou por impedir, muitas vezes, uma análise crítica em relação à dinâmica social e ao papel do Estado venezuelano durante o período que a pesquisa pretende analisar, em especial no que diz respeito ao papel do Estado frente às demandas de movimentos sociais organizados.

Nesse sentido, é necessário entender a Venezuela a partir de suas especificidades, em particular, a importância da dependência econômica do petróleo, que é o principal produto dinamizador da economia nacional. Sendo um produto primário, sua exploração sempre esteve

ligada ao mercado externo, seja em função da demanda ou em função de seu alto custo. Sua extração teve início no começo do século XX, durante a ditadura do general Juan Vicente Gómez (1908-1935), período em que a Venezuela iniciou seu processo de transformação em um país petrolífero por meio do descobrimento de grandes poços do produto. Como a extração do petróleo requer alta tecnologia, Gómez aceitou a maioria das exigências das empresas estrangeiras para que elas colocassem em prática o negócio que, até hoje, é o motor da economia venezuelana, de acordo com Raphael Lana Seabra em *A Primeira Revolução do Século XXI? Bolivarianismo e Socialismo na Venezuela (Sociedade e Estado. vol.27, no.1, Brasília: Jan./Apr. 2012)*

Desde o final da década de 1990, a Venezuela se encontra em uma posição de destaque na América Latina, o que não significa que no período anterior a esse o país ocupasse um papel secundário. No entanto, após 1998, com a eleição de Hugo Chávez para presidente da República, o país passou a ganhar maior evidência, tanto pela história de Chávez – um ex-militar de origem indígena, até então fora da dinâmica partidária institucional que dominava a vida política venezuelana desde o final dos anos 1950 – quanto pela promessa de realizar uma verdadeira revolução, instalando uma democracia "participativa y protagónica" em oposição ao antigo sistema político.

O governo bolivariano de Chávez, principalmente a partir de 2002, se colocou fortemente contra a ingerência dos Estados Unidos no país, promoveu uma maior distribuição da renda nacional, em especial da riqueza proveniente da exploração do petróleo, e se comprometeu a instaurar na Venezuela o chamado Socialismo do Século XXI. Essa postura causou reações variadas: por um lado, Chávez detinha o apoio de grande parte dos movimentos sociais, locais e internacionais e da

população mais pobre, conseguindo aumentar a qualidade de vida dos venezuelanos, diminuir a pobreza da população de forma acentuada e diversificando as relações internacionais do país; por outro, a reação contrária também foi intensa, com a tentativa de golpe em 2002 e, também, a tentativa de denegrir e prejudicar o governo venezuelano por parte da oposição e de jornais e revistas internacionais, inclusive brasileiros, buscando formar uma opinião pública negativa em relação ao país, segundo *A Folha de S. Paulo e o governo Hugo Chávez (2002-2005): Populismo e Democracia*, de Tiago Santos Salgado.

Deste modo, diante de tal quadro social e historiográfico, surgiu a proposta de investigar a relação entre violência e Estado na Venezuela, cuja pertinência se revela pelos altos índices de violência estatal no país, que segundo um informe do Observatório Venezuelano de Violência, o país é, atualmente, o mais violento do mundo, e, de acordo com Vera Lucia Viera, pelo pouco interesse por parte de historiadores no trato com o tema, "[...] buscando entendê-la como expressão de uma particular formação social, na qual a democracia, enquanto valor universal se inviabiliza e mesmo a democracia civil, apregoada pelos iluministas, se põe de forma restringida".

Realiza-se um cotejamento entre a bibliografia produzida sobre o tema, as fontes documentais, encontradas em centros de pesquisas venezuelanos, e dados da realidade social do país. A partir de um balanço historiográfico sobre o tema foi possível inferir a ocorrência de uma mudança de paradigma, entendido não como constructo teórico, mas sim como fenômeno social. Se, nos anos de 1960, de acordo com Michel Wieviorka em *O Novo Paradigma da Violência* (VIORKA, Michel. O novo paradigma da violência. **Tempo Social- Revista de Sociologia**, USP, 9(1), maio de 1997m pp.5-41, 19), os autores associavam a violência ao “equilíbrio bipolar da dissuasão e [...] às tensões decorrentes da divisão

da Europa em dois blocos territoriais” ou às divisões internas e diplomáticas dos Estados ou mesmo às divergências internas em cada país, nos anos 1970 e 1980 emergiu um dos fenômenos contemporâneos “da maior importância, que tem um peso enorme sobre a produção da violência contemporânea: o crescimento do individualismo moderno”.

Ocorre que as reflexões oscilantes entre a política e a violência remetem aos fundamentos teóricos da constituição mesma das sociedades no mundo contemporâneo: se a política for entendida como inerente às relações societárias e a violência entendida como resultante da exacerbação do individualismo, não estaríamos naturalizando esse fenômeno? Ainda, em outra dimensão, se tomarmos a política como expressão do poder, a reificação da violência não nos remeteria à proposição da necessidade de um Estado mais forte? Se nos apropriamos das reflexões de Karl Marx, podemos considerar que a violência disseminada socialmente espelha o enfraquecimento das relações entre indivíduos, resultante de sua transfiguração pautada por uma mercantilização impeditiva da completude da humanização e gerando seu oposto, a desumanidade na plena potencialidade da civilização.

É importante também, buscar a realização da análise por meio da configuração social, ou seja, definir quem são as pessoas vinculadas a essa dinâmica (de poder do Estado), seja na qualidade de vítimas ou de promotoras da violência. Dessa forma, segundo o cientista social Roberto Briceño-Léon (**Violencia, sociedad y justicia en America Latina**, Buenos Aires: CLACSO, septiembre de 2001), tais pessoas “*son fundamentalmente hombres, jóvenes y pobres*”; sendo que o autor não relaciona diretamente violência com pobreza, mas sim, com desigualdades. Para Angosto Ferrández em *Pueblos indígenas, multiculturalismo y la nueva geometría del poder en Venezuela* (**Cuadernos del Cendes**, n. 73, enero-abril,

2010, pp. 97-132), as desigualdades de oportunidades, de condições de acesso e de aceitação da multiculturalidade seriam fatores circunstanciais do aumento da violência que emana das periferias para os centros mais urbanizados. Baseado em dados da Organização Mundial de Saúde, o autor aponta que os maiores índices de violência estão nas grandes cidades, que apresentam altos níveis de desigualdade e urbanização, o que acarretaria a exclusão da população mais pobre dos espaços urbanizados, uma vez que a própria configuração urbana os “expulsa” para a periferia, de acordo com Roberto Briceño-León no artigo *La violencia homicida en America Latina* (in: Briceño-León, op. cit.).

Sendo assim, diante das reações sociais, as políticas que têm sido levadas a cabo expressam, de fato, a particularidade perante o fenômeno da violência e, especialmente, como atuam a jurisprudência e as forças policiais, enquanto expressão da forma de ser do Estado.

Dentre os documentos disponíveis para tal pesquisa, um dos que se destaca, principalmente pela periodicidade de suas publicações, e do qual se pode recuperar a historicidade que possui o tema naquele país, é o *Programa Venezolano de Educación-Acción em Derechos Humanos* (PROVEA), uma organização não governamental, que se declara “*independiente y autónoma de partidos políticos instituciones religiosas, organizaciones internacionales o gobierno alguno, que tiene como fin la promoción y defensa de los derechos humanos, en particular los derechos económicos, sociales y culturales*” e atua pautada na Declaração dos Direitos Humanos. Ela vem constituindo um enorme acervo documental, cujos resultados têm sido amplamente divulgados por vários meios de comunicação.

Uma leitura preliminar do material produzido por essa instituição nos induz a considerar a existência do que chamaríamos de um processo de militarização na Venezuela, assim como a continuidade, esta sim,

historicamente vigente naquele país, da criminalização e judicialização dos protestos populares, de classes ou de corporações. Outra fonte importante são os relatórios produzidos por coletivos e por movimentos sociais, como o *El Libertario*, que analisa as práticas repressivas do Estado venezuelano sob a ótica de diversos movimentos sociais.

Complementam a documentação os materiais produzidos por instituições oficiais do governo, como o *Consejo General de Policia*, no qual é possível encontrar, além de relatórios e informes, toda a legislação relacionada ao uso da violência por parte das forças oficiais e que se baseiam nos princípios do Estado liberal, cujos fundamentos legitimam o uso da violência na defesa das regras e normas que, em princípio, garantiriam o bom funcionamento do Estado.

Da base de dados sobre conflitos sociais, publicada pelo Observatório Social de América Latina (OSAL), do Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (Clacso), é possível extrair cronologias dos conflitos sociais de 19 países da região, incluindo as da Venezuela. Já dentre os materiais de referência chama a atenção aquele em que o Observatório analisa o papel das forças armadas na América Latina, abordando, ainda, como a finalidade de garantir a segurança externa se transmuta na prática do controle social e na criminalização das demandas sociais, além da impunidade decorrente de privilégios institucionais.

Também podemos citar o *Centro de Estudios Políticos*, da Universidade Central da Venezuela, que realiza investigações relacionadas à violência e à instabilidade política e democrática do país, assim como o material do *Observatório Venezolano de Violencia* (OVV), instituto que produz diversas publicações e relatórios sobre o assunto. Diferentemente das organizações citadas anteriormente, esse último possui um acervo documental sobre a violência social, ou seja, aquela

resultante de ações que se enquadram nos crimes e contravenções penais, o que não é nosso objeto de estudos.

É comum tais bancos de dados considerarem como violência social as ações de policiais civis e militares que extrapolam os limites fixados por lei. Tal configuração não é aleatória, é resultado de um entendimento de que tais ilegalidades derivariam da “cultura violenta dos policiais”, presente desde a condição de pobreza de onde procedem. Portanto, não seriam resultados de políticas públicas ou inerentes à configuração do Estado em particularidades capitalistas. Desse modo, o OVV, nos últimos anos, passou a enfatizar que *“no es la pobreza la que ocasiona los homicidios, es la falencia institucional. No es el desempleo, es la impunidad. No es la desigualdad, es el elogio de la violencia por los líderes. No es el capitalismo, es el quiebre de las normas que regulan el pacto social”*. Assim, integrou, em seus quadros, alguns acadêmicos que problematizam a relação direta entre violência e pobreza. Para esses autores, as causas da violência nas sociedades latino-americanas devem ser procuradas em relações mais amplas entre a desigualdade social e, principalmente, as institucionalidades governamentais, como é o caso Roberto Briceño-Leon, autor de diversos livros e inúmeros artigos, os quais apontam várias interpretações sobre a situação de insegurança e violência social vigente no país.

Para Briceño-Leon, uma série de condicionantes fez com que a América Latina se tornasse uma das regiões mais violentas do mundo, mas, dentre elas, a desigualdade social é um dos fatores essenciais. Para exemplificar tal ponto de vista, o autor utiliza diversos dados estatísticos, comprovando que as regiões mais violentas são aquelas nas quais se concentram os maiores índices de desigualdades social, em especial, nas grandes cidades, devido à ocupação desordenada do território, à falta de

condições de inserção no mercado de trabalho, entre outros motivos que facilitam a inserção de organizações criminosas em determinadas áreas e, ao mesmo tempo, dificulta a ação do poder público e policial.

Ao comparar a situação de três países, Brasil, México e Venezuela, o autor aponta, entretanto, que a desigualdade social, por si só, não consegue explicar o aumento radical dos índices de violência, uma vez que a Venezuela, onde diminuiu-se a desigualdade social, os números aumentaram radicalmente; enquanto nos outros países os índices diminuíram ou se mantiveram estáveis nos últimos anos. Como matriz explicativa, Briceño-Leon assinala as diferenças de caráter institucional entre esses países, apontando que, na Venezuela, a partir da "Revolução Bolivariana", aconteceu uma desconstrução institucional que, entre outros fatores, contribuem para o incremento da violência, enquanto os outros países adotaram medidas para fortalecer as instituições políticas e endurecer a segurança e o combate ao crime.

Nesse quadro social, relativo à violência, é possível inferir que as ações dos agentes do Estado, por meio das diversas modalidades de forças armadas (policiais civis e militares e/ou paramilitares), expressam a permanência de políticas pautadas pelo princípio do "inimigo interno", que, principalmente ao longo da segunda metade do século XX, norteou as relações entre Estado e sociedade. Em países onde ocorreram ditaduras, esse princípio justificou toda ordem de ações de "lesa humanidade"; contudo, vigorou também em países da região que não passaram diretamente por ditaduras, mas, cujo poder político manteve-se fortemente centralizado no executivo e respaldado pelos militares em pactos com os segmentos dominantes vinculados ao capital internacional, conforme já apontado pela maior parte da bibliografia.



Tais questões nos levam a propor a investigação sobre as manifestações da violência estatal na Venezuela durante o período proposto, elucidando as funções sociais que daí resultam, bem como a ideologia que expressam, no interior do capitalismo venezuelano, e como acontece a relação entre Estado e sociedade em suas rupturas e continuidades. Portanto, aqui reside a necessidade de analisar os documentos referentes à violência naquele país, visando elucidar sua real natureza e contextualizar as informações enquanto expressão das correlações de forças sociais presentes no país.

\*Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da PUC-SP  
E-mail:tiago\_salgado1986@hotmail.com

Data do envio: 20/06/2014

Data de aceite: 04/07/2014